

TRANSITIVIDADE E REGÊNCIA VERBAL: TRADIÇÃO E INOVAÇÃO

Kleber Gomes de BRITO
Marcos Wagner da Costa AGRA

Introdução

Notamos, nos últimos anos, um forte interesse entre os estudiosos da língua portuguesa em criticar as abordagens lingüísticas da gramática normativa. Há um aumento de estudos, pesquisas e ensaios que objetivam refazer ou corrigir muitos dos conceitos tratados pela gramática.

Diante dessa proposta, e entendendo ser este o espaço para a discussão e aprendizado, este trabalho tem como objetivo observar e analisar os principais problemas verificados nas gramáticas tradicionais com relação à Transitividade Verbal e à Regência Verbal, bem como investir na reflexão de que se faz necessário promover uma definição que seja capaz de abarcar as possíveis ocorrências lingüísticas e facilitar a compreensão do estudante em geral do assunto aqui tratado.

Em nossa investigação, partimos do princípio de que o ponto de partida de quem pesquisa as estruturas gramaticais é compreender que elas funcionam em torno de um eixo principal. No caso das relações de transitividade, o eixo principal é o **verbo** e, por isso, consideramos necessário (o que aparentemente parece não ser) discutir o que é verbo, visto que os conceitos tradicionais não dão conta dessa classe, como de quase todas as outras. E já aqui nos apoiamos em Hjelmslev (1978, p.182), quando afirma que

Uma teoria, para ser a mais simples possível, só deve (sic) elaborar a partir das premissas que sejam necessariamente exigidas por seu objetivo. Além do mais, para permanecer fiel a seu objetivo, ela deve, em suas aplicações, conduzir a resultados conformes aos 'dados da experiência', reais ou que assim se presumem.

Para tanto, devemos pôr à nossa disposição um instrumental que nos permita reconhecer não apenas um dado objeto ou objetos já submetidos à nossa experiência, como também todos os objetos possíveis da mesma natureza suposta, como também sugere o mesmo autor.

Assim, para um melhor desenvolvimento e entendimento da teoria aqui defendida, pretendemos investir, primeiramente, numa definição eficaz e prática do que é o verbo, e posteriormente discutiremos as relações de transitividade verbal e regência verbal nas abordagens feitas pela gramática tradicional e por alguns lingüistas.

Com isso, fica claro, desde já, que este trabalho objetiva mostrar os problemas das definições de Transitividade e Regência Verbal das Gramáticas Tradicionais e confrontar estas problemáticas definições, reproduzidas em dezenas

de livros didáticos, com as teorias lingüísticas modernas, a fim de propiciar ao professorado e aos alunos uma abordagem prática dos temas aqui expostos.

Fundamentação Teórica

A base teórica que assumimos concentra-se nas abordagens de Hjelmslev (1978, p.188), que denomina **função** a uma dependência que preenche as condições de uma análise. Conforme o autor, pode-se dizer que há função entre uma classe e seus componentes (entre uma cadeia e suas partes, entre um paradigma e seus membros), do mesmo modo como há função mútua entre os componentes (partes e membros). Ele denomina **funtivo** cada um dos termos de uma função, ou seja, um objeto que tem uma função em relação a outros objetos. Portanto, cada funtivo poderá ter uma função diferente para com outro funtivo. Desse modo, cada grandeza considerada mantém dependência ou relações com outras grandezas, de forma que certas grandezas pressupõem outras.

Com isso, cada funtivo é definido por um tipo de comportamento particular. Isso implica dizer que a função "sujeito de" se comporta sintaticamente diferente de uma função "adjunto adverbial de".

Em nosso trabalho, também nos apoiamos nos estudos de: a) Hopper e Thompson (1980), que concebem a transitividade como uma noção contínua, escalar, tendo por base um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes; b) nos estudos de Perini, que trabalha com a noção de exigência (Ex), recusa (Rec) e livre aceitação (L) de quatro funções consideradas relevantes e, para cada uma delas, três possibilidades, o que, segundo ele, nos dá dezenas de matrizes possíveis para definir a transitividade dos verbos; c) Tesnière (1959), que afirma que o verbo possui "lugares" ou "espaços", e o preenchimento desses lugares se faz necessário para que a frase seja gramaticalmente correta; e d) Filmore (1977), para quem a frase consiste em um verbo e um ou mais sintagmas nominais que, associados ao verbo, possuem uma relação específica de casos. Foram ainda suporte para nosso trabalho os estudos de Mira Mateus (1989), Bechara (2001) e Ignácio (1988).

Definição de Verbo

As gramáticas tradicionais, como as de Cunha (1986), Kury (1989), Lima (1965) e Cipro Neto (1998), costumam conceituar o verbo como **a palavra que exprime fatos** (ação, estado, mudança de estado e fenômenos da natureza). Não é necessário grande esforço para verificar que definições que se pautem em características desse tipo tendem ao fracasso. Bastaria observar que **ações, estados e fenômenos da natureza** podem se manifestar, na linguagem, por meio de outras classes gramaticais: chuva, (a) luta, pedrada, fiel, amigo, etc. Por outro lado, há verbos que não se enquadram em nenhuma dessas esferas semânticas, como *ser, ter, haver, existir*, etc.

Algumas gramáticas, com a intenção de serem mais abrangentes, se valem do critério híbrido (semântico + morfológico) para definir o verbo como a palavra que denota ação ou estado e possui terminações variáveis com que se distinguem

a pessoa do discurso e o respectivo número, o tempo e o modo dessa ação ou estado. Mas apesar da vantagem de enfatizar o aspecto morfológico que, sem dúvida, distingue bem o verbo das demais classes gramaticais, as gramáticas tradicionais pecam ao limitar o significado do verbo a ações, estados e fenômenos. Essas gramáticas precisam trabalhar com uma definição que seja capaz de abranger todas as possibilidades reais da representatividade simbólica do universo pela fala, visto que esta é a característica fundamental da linguagem. Para tanto, apoiamos-nos no que Ignácio (1988) observa sobre a simbolização do universo pela linguagem. Segundo ele, o universo simbolizado pela linguagem é construído em torno de duas grandes entidades: **objetos** e **processos**. Por **objetos**, entendemos tudo aquilo que se apresenta à percepção com um caráter fixo e estável e, por **processos**, as ações, os eventos ou acontecimentos, os fenômenos e os estados.

A partir do exposto, podemos conceber uma definição para o verbo como sendo **o elemento responsável pela representação lingüística da relação de causalidade entre objetos e processos**. Contudo, temos que certos nomes podem indicar processos (queda, entrada, saída), visto adquirirem, por vezes, propriedades verbais. Devemos então propor que o verbo, além de ser o centro estruturador do enunciado, e de estabelecer relações semânticas e morfossintáticas entre os objetos, e localizá-los no tempo, carrega, na sua significação, os elementos representativos da dinâmica e da coerência das relações entre os objetos e o universo biofísico em que se localizam, traduzindo as relações possíveis entre o homem e o mundo que o cerca, no plano real ou irreal, como também no ficcional.

Conforme Koch (2001, p. 64), o verbo é a categoria gramatical que configura, por meio do lexema verbal com os morfemas gramaticais ou com os verbos auxiliares, os processos da realidade objetiva no seu enquadramento pessoal. A compreensão do que é o verbo na frase resulta tanto da semântica do lexema verbal como das categorias constituídas pelos morfemas gramaticais. Ela afirma, dentre outras coisas, que é o verbo que determina o mínimo actancial, ordena temporalmente o estado de coisas implicado no seu significado, exprime a atitude do falante quanto aos valores atribuídos ao enunciado, indica uma determinada perspectiva do acontecer verbal a partir do agente, do paciente ou nem uma coisa nem outra e distribui os "campos frásicos".

Apesar do aparente sucesso das definições até então expostas, não podemos considerá-las satisfatórias para o estudante de ensino médio por serem de difícil compreensão e de baixa operacionalidade, se pensarmos em usá-las para a identificação, por esses alunos, dessa classe gramatical. Como é também de difícil compreensão para inúmeros estudantes de nível superior.

Entendemos de forma simplificada, porém objetiva, que o verbo é **a palavra que recebe flexão no contexto para mudar o tempo e/ou a pessoa**. Dessa forma, um teste simples para identificar se uma forma lingüística atua na frase como forma verbal seria substituí-la, paradigmaticamente, por uma outra cuja possibilidade de flexão revelasse um outro tempo ou uma outra pessoa.

Assim, poderíamos definir **verbo**, pragmaticamente, como aquela palavra que, no nível da frase, do texto, do discurso, pode manifestar-se com outra flexão que implique mudança no tempo e/ou na pessoa gramatical.

Deste modo, num exemplo como "**O carro para para abastecimento.**"¹, nota-se que a única palavra que poderia receber flexão de tempo/pessoa (vale dizer que, recebendo uma nova flexão, provocaria mudança no tempo e/ou na pessoa) é o primeiro **para**, assim:

- 1) O carro parou para abastecimento.
- 2) O carro para parou abastecimento.*²
- 3) Os carros param para abastecimento.
- 4) Os carros para param abastecimento. *

Notadamente, o verbo é uma palavra que pertence a uma categoria cujos membros se opõem quanto a tempo e número. Isto porque **para, parou, param, parei, paramos**, fazem parte de um lexema, enquanto **carreata, carreta, carroça**, fazem parte de outro. Os primeiros se distinguem por flexão de tempo e pessoa, os outros por derivação.

Nessa definição proposta, o que há de claro e característico nos verbos é que eles possuem traços morfossintáticos que os distinguem das demais classes gramaticais.

Fica evidente que, nesse processo, o verbo possui função coesiva, ao organizar numa estrutura completa os elementos do enunciado. Além disso, ele determina o número de argumentos obrigatórios e facultativos do predicado, bem como possui função assertiva, quando dota o enunciado de um predicado de realidade, situando-o no tempo³.

Enfim, é o verbo, e não outro elemento, que orientará a identificação das chamadas funções sintáticas, haja vista, segundo Frege (1978), apud Ilari e Geraldi (1985), ele – o verbo – possuir "lugares"⁴ ou lacunas que, na construção de uma oração completa, se faz necessário (ou não) preencher, mediante o emprego de expressões nominais (ou expressões de valor nominal), ou seja, utilizar expressões nominais na função de argumentos do predicado.

A Transitividade para a Gramática Tradicional

A concepção de transitividade nas gramáticas tradicionais, pautada na abordagem descritiva, notadamente mistura conceitos semânticos e formais. A separação de verbos em transitivos e intransitivos sugere um fator semântico (a

¹ Deixamos, propositadamente, de usar acento gráfico por entendermos que, na fala, diferentemente da escrita, a diferenciação entre os dois "para" só será possível mediante a flexão de um deles que resultará na mudança do tempo e/ou pessoa.

² Utilizaremos asterisco (*) no final de cada sentença considerada agramatical ou de baixa aceitabilidade.

³ Nessa definição operatória de verbo, as formas nominais (infinitivo, gerúndio e particípio) não são consideradas, pois, como a própria tradição gramatical as denomina, são formas nominais e não verbais.

⁴ Sobre essa noção de "lugares" argumentais, discorreremos mais adiante.

necessidade de completude do significado do verbo), enquanto a definição dos verbos transitivos em diretos e/ou indiretos sugere um fator formal (presença, ou não, de preposição).

Em Kury (1989, p.200-203), encontramos o conceito de que, numa frase, verbos são intransitivos porque não necessitam de qualquer complemento para formar o predicado; vê-se também que o verbo transitivo direto diferencia-se do transitivo indireto porque este vem obrigatoriamente precedido de preposição e aquele não vem obrigatoriamente precedido por preposição.

Do mesmo modo, Cunha (1986, p.481) afirma que os verbos intransitivos expressam uma idéia completa, enquanto os transitivos exigem que palavras de valor substantivo lhes integrem o sentido. Ele ainda afirma que a ligação do verbo com o seu complemento é feita diretamente (sem preposição intermédia) ou indiretamente (com o emprego de uma preposição).

Lima (1965, p.333), por sua vez, diz que o complemento de um verbo forma com ele uma **expressão semântica**, e em função do tipo de complemento que o verbo exige, o verbo será intransitivo, transitivo direto, transitivo indireto, transitivo relativo ou bitransitivo. Neste caso temos, segundo o autor, uma expressão semântica identificada por um aspecto formal, já que, conforme sua visão, os verbos intransitivos dispensam complemento (o verbo tem sentido completo e não exige expressão semântica), os transitivos diretos exigem objeto direto (expressão semântica marcada pela ausência de preposição), os transitivos indiretos exigem objeto indireto (expressão semântica marcada pela presença de preposição), os transitivos relativos apresentam complemento preposicional (+ preposição) e os bitransitivos exigem objeto direto e indireto ou objeto direto e complemento relativo (complemento sem preposição e complemento com preposição).

Até aqui, temos visto definições que misturam semântica e sintaxe de tal forma que uma mínima averiguação por parte de qualquer estudante de língua portuguesa detectará que se faz necessária uma melhor definição de transitividade, com o agravante de se falar da presença de preposição, no caso dos objetos indiretos, quando sabemos que é no modelo mental⁵ que a preposição é exigida, e nem sempre na estrutura frasal.

Entendemos que o uso/emprego de um verbo pelo falante depende de modelos mentais preexistentes em sua mente. Para tanto, verifique-se num verbo como *assistir*, que, segundo nossas gramáticas, tem quatro sentidos diferentes, cada um deles com uma estrutura sintática própria, mas cuja descrição deixa lacunas impossíveis de preenchimento; ou ainda permite sentenças agramaticais do tipo "O gato assistiu à mesa" e "A mesa assistiu o gato", etc.

⁵ Consideramos que o falante usa a língua porque tem modelos estruturados no seu cérebro que partem, segundo nossa concepção, do verbo, que é o núcleo estruturador da frase. Assim, por exemplo, um falante só pode usar um verbo x se ele tiver o modelo desse verbo. Tanto é que, se é dado a esse mesmo falante um verbo novo, de total desconhecimento, ele não saberia como usá-lo, não saberia se ele seleciona sujeito humano, animado, animal, etc; se exige, recusa ou aceita livremente complementos, e quais os tipos de complementos; se esse complemento é animado, evento, etc. Portanto, acreditamos que existem modelos mentais a partir do momento que o falante conhece o verbo como centro estruturador da frase.

A fim de resolver o problema (mesmo sabendo não ter sido este o real e provável motivo de sua abordagem), Bechara (2001, p. 414) começa propondo que o significado lexical do verbo é fator importante na diferença entre verbos transitivos e intransitivos. Segundo ele, conforme o conteúdo léxico do verbo que lhe serve como núcleo, o predicado de uma oração pode ser simples ou complexo. Isto implica dizer que alguns verbos têm conteúdo léxico de grande extensão semântica, e para expressar determinada realidade, deve-se utilizar outros signos léxicos a que ele chama de complementos ou argumentos verbais. Em contrapartida, existem, na visão de Bechara, verbos que não necessitam de outros signos léxicos, visto apresentarem significado lexical referentes a realidades "bem" concretas.

Pelo que se pode observar, Bechara considera verbo transitivo aquele que necessita de signo léxico para delimitar a sua extensão semântica formando assim um predicado complexo. Considera ainda que os verbos intransitivos são os que não necessitam de signo léxico para determinar a extensão semântica do mesmo (verbo). Já para a diferenciação dos tipos de predicado a que ele chama de complexos, a saber, o predicado formado por verbos que necessitam de signos léxicos, Bechara se utiliza do fator semântico, quando diz que o complemento direto (objeto direto, para os mais tradicionais) é representado por um signo léxico de natureza substantiva, ao mesmo tempo em que se utiliza do fator formal ao afirmar que este mesmo complemento direto não vem introduzido por preposição necessária. A mesma mistura de fatores (semântico e sintático) se verifica nas definições de complemento objeto indireto, complemento relativo (nomenclatura extinta pela NGB) e objeto direto preposicionado.

Nota-se, portanto, que Bechara, no que pese sua brilhante exposição, incide na mesma mistura de fatores sintáticos e semânticos que encontramos nas definições de Cunha, Lima e Kury.

Voltamos, pois, a insistir no questionamento da ausência de regularidade nas definições até então apresentadas (e reproduzidas em um sem número de livros didáticos), visto que elas misturam os aspectos semântico e formal (expressões estas já desgastadas devido à nossa repetição enfática, aparentemente cansativa, contudo necessária). Isto não quer dizer, entretanto, que não consideremos importante a presença da semântica em uma teoria gramatical.

A adoção da semântica em nossa análise tem em vista um módulo distinto e autônomo, não uma interpretação da sintaxe. Isto se deve ao fato de sintaxe e semântica possuírem estruturação e funcionamento próprios, o que não significa dizer que estão separados. Pelo contrário, são ligados entre si pelo princípio da Hierarquia Temática.

Não se pretende entrar, neste espaço, na discussão da Hierarquia Temática, muito embora convenha esclarecer que, apesar da crítica à gramática tradicional por sua abordagem confusa, consideramos relevante abrir a discussão no âmbito da semântica pelo simples motivo de que inúmeras descrições de relações gramaticais presentes nas gramáticas tradicionais são insuficientes para traduzir as

relações de dependência existentes entre certas construções. Nesse sentido, abrimos um parêntese para explicar que a Hierarquia Temática estabelece a ligação entre a semântica e a sintaxe, definindo qual papel temático ocupará determinada posição sintática.

Fica claro que é uma árdua tarefa e que, no momento, não existe consenso sobre como interpretar essa hipótese, devido a, de um modo geral, os autores a definirem como parte da própria organização semântico-conceitual, seja da estrutura do evento, seja da representação lexical.

Fechado o parêntese, enfatizamos que, se existem questões de natureza semântica em torno de uma definição de um fato da língua, estas, necessariamente, devem fazer parte de uma teoria gramatical.

Portanto, em nossa análise terá relevância tanto o aspecto sintático quanto o semântico, ainda mais quando houver questões em que o primeiro, impreterivelmente, necessite da completude do segundo.

Transitividade e Regência sob a ótica de Perini⁶

Perini (2001), discorrendo sobre o fenômeno da regência, afirma que as estruturas sintáticas se compõem de constituintes organizados em orações segundo certos princípios. Diz que um desses princípios é o de que cada elemento tem uma função sintática dentro da oração. Um pouco mais adiante, ele diz que sua concepção de transitividade é puramente sintática. Com isso, a partir do momento que faz esses comentários iniciais, tende a privilegiar a sintaxe como possibilidade única de se estudar transitividade e regência. Ignora, pois, um outro princípio que é o de que cada elemento ou constituinte oracional tem uma função semântica dentro da oração.

Ao dar prosseguimento a sua análise, Perini diz que os verbos podem fazer exigências quanto à presença de outros termos em sua oração, podem também recusar certos termos, ou aceitar livremente a presença ou ausência de certos termos.

Desse modo, o que Perini faz, primeiramente, é desdobrar duas classificações tradicionais⁷ em três. Ele afirma que isso ocorrerá tendo em vista quais funções sintáticas serão relevantes para o estabelecimento desse modelo de transitividade proposto por ele. Para ele, a oposição intransitivo x transitivo das gramáticas tradicionais está longe de explicar o fenômeno da transitividade, porque esta repousa sobre o equívoco da não previsão de verbos que possam ter **objeto direto** ou não, à vontade.

Em outro de seus trabalhos⁸, que trata do mesmo assunto, Perini discute o uso de noções de "exigência" e "recusa" e o privilegiamento dos objetos e do

⁶ Nesta parte, entendemos ser importante dar um maior destaque a ótica de Perini acerca da transitividade, por entendermos que sua proposta, diferente da tradicional, enriquece a crítica de pontos considerados imutáveis pela gramática tradicional que também são objeto de nossa investigação.

⁷ As duas classificações tradicionais de que estamos falando são verbo intransitivo e verbo transitivo.

⁸ "Notas sobre a transitividade verbal, de 1987", Cf. referência bibliográfica.

predicativo como bases para os critérios de subcategorização da transitividade. Segundo ele, a teoria tradicional leva a situações de difícil explicação, como ele mesmo exemplifica:

- 5) Pedro comeu a banana.
- 6) Pedro já comeu.
- 7) Marineuza dormiu.
- 8) Marineuza dormiu um sono tranqüilo.

Entendendo-se, pelos exemplos dados, que os verbos *comer* e *dormir* não são nem transitivos nem intransitivos, não havendo, portanto uma categoria para enquadrá-los. Além disso, ele afirma que, em uma hipótese preliminar, seria uma saída dizer que o verbo *comer*, por exemplo, foi usado transitivamente ou intransitivamente, mas isso desviaria o foco do verbo em si para o contexto em que o verbo pode ocorrer. Outra solução, que logo trata de descartar, seria admitir que, em certas situações, verbos como *comer* e *dormir* quando intransitivos teriam um objeto "subentendido". Feitas essas observações, Perini completa o seu raciocínio afirmando que, por esse último modelo, seriam raros os verbos que recusam objeto direto.

Não demora para que ele proponha que se deve notar que um verbo pode, em princípio, recusar (e, necessariamente, não exigir), exigir (e, necessariamente, não recusar) e não exigir nem recusar objeto direto. Demora menos ainda para que ele constate que parecem existir mais verbos que se comportem não exigindo nem recusando objeto direto (a que ele chama "livre aceitação") e que essa noção de "exigência" e "recusa" é pouco importante para descrever a transitividade dos verbos.

O que vemos nesse ponto é que Perini parece preferir tratar indistintamente de transitividade sob o viés da sintaxe; contudo, podemos identificar, pelos exemplos dados, e mesmo por sua inicial definição, que tais conjecturas estão tanto para a semântica quanto para a sintaxe propriamente.

Consideremos, por exemplo, as frases:

- 9) Choveu.
- 10) Os insultos choveram sobre Geni.
- 11) O céu choveu pedras.

Apesar de termos, nos exemplos dados, o mesmo verbo *chover*, percebemos que em (9) ele ocorre em sua acepção mais comum classificado quanto a sua transitividade como intransitivo, enquanto que em (10) e (11) este mesmo verbo ocorre apenas com sujeito, ou com um sujeito e um complemento (o que não é previsto pela tradição gramatical); contudo o que notamos é que em (10) o que se entende quanto à acepção do verbo é que *muitas pessoas insultaram Geni* (não choveu propriamente, como o conteúdo léxico prevê), e em (11) que *muitas pedras foram atiradas ou despencaram de algum lugar* (não se descarta, contudo, a real possibilidade de esta última oração ocorrer tanto com sujeito quanto com objeto, pelo simples motivo de acontecer a chuva de granizo). Logo, entendemos que o contexto é muito importante, e mesmo decisivo, em uma análise da língua, seja ela qual for.

Outro apontamento feito por Perini é o de que os verbos normalmente exigem sujeito, e casos de verbos com sujeito opcional são excepcionais, devendo ser postos à parte. Nesse caso, o que ele deixa ressaltado é que o sujeito não deve ocupar espaço em uma teoria de transitividade.

Para Perini (2001), as funções sintáticas relevantes para a formulação da transitividade são: **objeto direto (OD)**, **complemento do predicado (CP)**, **predicativo (Pv)** e **adjunto circunstancial (AC)**. Para ele, o complemento do predicado (CP) é o complemento de verbos como “ser”, que a gramática tradicional chama de predicativo do sujeito; e o predicativo (PV) é uma outra função semelhante ao complemento do predicado, mas que não pode aparecer no início da oração, diferentemente do primeiro, que para a gramática tradicional é o predicativo do objeto. Dessa forma, Perini considera funções diferentes o predicativo do sujeito e o predicativo do objeto.

Por outro lado, Perini inclui, na função de adjunto circunstancial, casos tradicionais de objeto indireto mais outros casos. E as outras funções sintáticas são por ele consideradas irrelevantes, por serem aceitas livremente por qualquer verbo.

Analisemos novamente as orações (9), (10) e (11). O que temos, nesses exemplos, são orações com o mesmo verbo em construções (contextos) diferentes; e, se tomarmos a noção de Perini para possibilidade de ocorrência ou não deste verbo com objeto direto (função que ele considera relevante), devemos fazê-lo também com o sujeito (função que considera irrelevante), visto que, nesses casos, há a possibilidade de recusa de sujeito em (9) e livre aceitação em (10) e (11). Assim, o sujeito é, sim, uma função sintática relevante para a formulação da transitividade.

Prosseguindo com a descrição da análise de Perini (2001) sobre a transitividade, encontramos a afirmação de que a transitividade completa de um verbo é representada por um grupo de traços, um para cada função relevante. A partir desses traços, ele apresenta onze matrizes, as quais estão listadas abaixo, e, segundo ele, descrevem a transitividade de todos os verbos da língua. Vejamos:

- I. [L-OD, L-AC, Rec-Pv, Rec-CP] - *comer*
- II. [Ex-OD, L-AC, Rec-Pv, Rec-CP] - *encontrar*
- III. [Rec-OD, L-AC, Rec-Pv, Rec-CP] - *acontecer*
- IV. [Rec-OD, Ex-AC, Rec-Pv, Rec-CP] - *morar*
- V. [Ex-OD, Ex-AC, Rec-Pv, Rec-CP] - *acostumar*
- VI. [Ex-OD, L-AC, L-Pv, Rec-CP] - *considerar*
- VII. [L-OD, L-AC, L-Pv, L-CP] - *julgar*
- VIII. [L-OD, L-AC, Rec-Pv, L-CP] - *permanecer*
- IX. [Ex-(OD v⁹ AC), Rec-Pv, Rec-CP] - *lembrar*
- X. [Ex-(CP v AC), Rec-OD, Rec-Pv] - *estar*
- XI. [Ex-(CP v Pv), Ex-OD, L-AC] - *sentir*

⁹ Não está claro, na gramática de Perini, o real significado do símbolo “v”. Presumimos, pelas leituras realizadas, que signifique “ou”; portanto, nas matrizes em que o “v” aparece, leia-se (OD **ou** AC), (CP **ou** AC) e (CP **ou** PV).

De acordo com ele, esta lista delinea uma situação radicalmente diferente da que nos é descrita pela gramática tradicional. Enquanto tradicionalmente encontramos cinco subclasses de verbos, a subcategorização de Perini enquadra onze tipos que ele mesmo descreve como puramente sintáticos e mais facilmente operacionalizáveis.

Conforme notado na tabela acima, Perini trabalha com a noção de exigência (Ex), recusa (Rec) e livre aceitação (L) de quatro funções consideradas relevantes e, para cada uma delas, três possibilidades, o que, segundo ele, nos dá dezenas de matrizes possíveis para definir a transitividade dos verbos; contudo, apenas onze se realizam, e a maioria das possibilidades não se aplica a nenhum verbo, ficando, portanto, fora das descrições da gramática.

Mesmo assim convém notar que, apesar da descrição cuidadosa de Perini, existem algumas situações não previstas por ele. Dentre tantas, citamos o caso do verbo *comer* (matriz I), que pode ocorrer com o que ele chama de complemento do predicado, bem como com predicativo.

(12) Comeu do bolo.

(13) Comeu, alegre, o bolo.

Outro exemplo é o caso do verbo *estar* (matriz X), que pode ocorrer com predicativo.

(14) O cheiro está bom.

Mais adiante, Perini ainda diz que, para evitar certas complicações, no que diz respeito à possível ocorrência de alguns verbos sem objeto direto, como é o caso de *encontrar* em estruturas passivas, bastaria estabelecer uma convenção geral na qual se deixasse claro que as transitividades expressas na tabela acima valem apenas para as estruturas não parcialmente correspondentes, como as passivas. Portanto, para ele, cada verbo deve ser marcado quanto a poder ocorrer ou não em estruturas passivas. Desse modo, o verbo *encontrar* continuará sendo marcado como Ex-OD em uma estrutura básica, mas no caso de estruturas passivas poderá ocorrer sem OD.

Em outra de suas afirmações, Perini diz que há casos em que grupos de verbos de semântica parecida (significado parecido) diferem quanto à transitividade. Como exemplo, ele usa os verbos *morrer*, *falecer* e *perecer*, mostrando que, apesar da semelhança de sentido, são diferentes quanto à transitividade. Com isso, ele tenta mostrar que é através da sintaxe que se tem uma melhor definição de transitividade.

Na verdade, o próprio Perini (2001, p.172-173) reconhece a dificuldade de separar componentes que na natureza aparecem integrados de maneira complexa. E, embora diga que a concepção de transitividade apresentada por ele seja puramente sintática, recorre à semântica para explicar uma situação em que um mesmo verbo ocorre livremente com ou sem objeto direto.

A noção de Argumento

Para Frege (1978), apud Ilari e Geraldini (1985), as orações têm uma estrutura semântica própria, em grande parte autônoma com respeito à estrutura gramatical, e a efetiva coesão dos elementos de uma oração resulta do fato de que ela contém uma expressão (como "é pai de" na oração *João é pai de Carlos*) que, embora sendo incompleta, ou precisamente por ser incompleta, sugere preenchimento e antecipa desse modo a forma da oração acabada. A partir disto, a tradição fregiana reservou a essas expressões a denominação de **predicados**. E, dado um predicado, a construção de uma oração completa se faz pelo preenchimento de suas lacunas, ou seja, utilizar expressões nominais na função de *argumentos* do predicado. Convém deixar claro que o termo "predicado" na tradição gramatical tem um sentido diferente do que tem na abordagem fregiana.

Na perspectiva de Tesnière (1959), o verbo é o elemento de que dependem todos os outros, ocupando a posição central na estrutura frasal. O sujeito e os objetos são, por ele, denominados *actantes* que juntamente com o verbo ocupam posição central; os complementos adverbiais são denominados *circunstantes* e ocupam posição periférica.

Segundo Tesnière, o termo que está contido na estrutura de outro termo, nesse caso o verbo, é o lugar ou espaço vazio, isto é, o lugar preenchível por um *argumento* ou *actante*. Para ele, os *actantes* são em número limitado, enquanto os *circunstantes*, que não são determinados pela valência do verbo, são em número ilimitado.

Nesse ponto, consideramos, porém, que em certas construções, para que haja a integralização do significado do verbo, se faz obrigatória a presença de um circunstante, de modo que não existam problemas na frase.

(15) A galinha pôs um ovo.

(16) A mulher pôs um ovo. *

(17) A mulher pôs um ovo na geladeira.

Verifica-se, aqui, que certos circunstantes, dada uma acepção diferente de um verbo, como em (17), são determinados pelo significado do verbo. Sirvam também de exemplo as frases:

(18) Fomos *à cidade*.

(19) João mandou a esposa *para a Europa*.

Em ambas, o que Tesnière classifica como *circunstante* constitui o que Ignácio (1987) chama *participante*. Desse modo, isso significa dizer que as expressões "à cidade" e "para a Europa", as quais Tesnière considera como não previstas pela valência verbal, são, na realidade, imprescindíveis para a integralização do significado do verbo, conforme explica Ignácio.

Com isso, mesmo entendendo que um *circunstante* descreve uma circunstância do processo verbal como modo, tempo, lugar, causa, etc., e que por vezes esse circunstante é facultativo na construção de uma frase, existem situações em que um dado elemento considerado *circunstante* ocupará o papel de *actante*, sendo argumento necessário na construção do predicado. Compare-se os pares dos exemplos abaixo, (20) e (21), e (22) e (23):

(20) As pessoas comemoram o resultado das eleições em Campina Grande.

(21) As pessoas comemoram o resultado das eleições.

(22) Pedro mora em Campina Grande.

(23) Pedro mora. *

Mira Mateus (1989) et ali falam que o verbo determina o número de argumentos que têm de ocorrer obrigatoriamente na predicação (ou que, mesmo não ocorrendo, possa ser recuperado pelo contexto); e esse número pode variar em função do verbo selecionado. Aos argumentos exigidos obrigatoriamente por um verbo elas chamam de **argumentos nucleares**. Enquanto que aos argumentos que um determinado verbo admite, mas não exige, elas chamam de **argumentos opcionais**. E exemplificam:

(24) **O Luís** ofereceu **um disco ao amigo** *no aniversário deste*.

(25) **O Luís** está **doente** *desde a uma semana*.

(26) **O Luís** mora **ali** *com a mulher e o filho*.

Mira Mateus diz que os argumentos em itálico nos exemplos acima são *opcionais*, ou seja, apesar de admitidos nessas construções, não são obrigatórios. Enquanto que os demais argumentos em negrito são *nucleares*, necessários para a completude de significado verbal.

Entretanto, verifica-se que a oração *O Luís mora com a mulher e o filho* é legítima, portanto não seria o locativo, sempre, o termo argumental.

Vimos, portanto, uma diferença com relação à nomenclatura dos termos obrigatórios na predicação. Bechara os chama de *termos argumentais* e *não-argumentais*, e Mira Mateus os chama de *argumentos nucleares* e *opcionais*.

Na visão de Bechara (2001), um termo é *argumental* porque aparece solicitado ou regido pelo significado do verbo e um termo será *não-argumental* se não estiver condicionado pelas relações sintáticas e semânticas do mesmo verbo. Segundo ele, *argumental* e *não-argumental* distinguem as mesmas características sintáticas e semânticas que a gramática tradicional utiliza para separar os complementos ou termos integrantes dos adjuntos ou termos acessórios. Ele observa ainda que uma determinada expressão pode funcionar como argumental em uma situação ou como não-argumental em outra. Como é o caso do exemplo de que se utiliza:

(27) João mora no Brasil.

(28) João mora. *

(29) João trabalha no Brasil.

(30) João trabalha.

Em outro ponto de sua abordagem, Bechara afirma que não se deve confundir termo argumental e não-argumental com *termo opcional* e *não-opcional*. Ele explica que um termo argumental pode ser eliminado da oração pelo falante (o que o torna opcional) ou porque já foi referido anteriormente ou porque a experiência do falante entende do que se está falando.

Ignácio (1988), diferentemente de Bechara e Mira Mateus, chama **Participantes** aos elementos necessários à integralização do significado verbal,

ou seja, elementos necessários para o preenchimento dos espaços previsíveis pela significação do verbo. Segundo ele, existem outros elementos que podem ser acrescentados a uma determinada frase como, por exemplo, a indicação de modo, lugar, tempo, causa, etc., mas que nesse caso são considerados *facultativos*, por não serem previsíveis pela significação verbal. Segundo Ignácio, esse conceito de *participante* fica restrito aos chamados *constituintes nucleares*.

Em suma, com base nos modelos expostos, temos que o verbo possui espaços "vazios" dos quais se faz necessário o preenchimento para a integralização do seu significado. Os elementos responsáveis por esse preenchimento são chamados de *argumentos* ou *termos argumentais*, ou ainda, como vimos, *participantes*.

Consideramos, após o exposto, satisfatória a posição de Mira Mateus ao classificar os argumentos como *nucleares* e *opcionais*, na medida em que estes podem ser exigidos pelo verbo, como é o caso dos *argumentos nucleares*, ou podem ocorrer sem uma expressa necessidade de completude de significado, como os *opcionais*. Isso quer dizer que, com base no que ela afirma, podemos presumir que um elemento que atue como *circunstante locativo* seja considerado *nuclear*, ou seja, apesar de exprimir uma circunstância de lugar, esta circunstância é decisiva na completude de significado do verbo tornando uma frase como (22) aceitável. Dessa forma há que se considerar que funções marginais (circunstanciais) da gramática tradicional na verdade podem ser argumentos nucleares, mesmo não sendo sujeitos ou objetos da sentença, a exemplo de:

(31) A roupa custou *100 reais*.

(32) A roupa custou.*

(33) O marido deixou a mulher *feliz*.

(34) O marido deixou a mulher. *

(35) Eu achei o filme *bacana*.

(36) Eu achei o filme. *

Transitividade e Valência

Ao propormos, neste trabalho, uma análise cuidadosa das questões relacionadas à transitividade e à regência verbal, não poderíamos, é claro, deixar de mencionar a gramática de dependências de Tesnière (1959), baseada na relação de dependência de um elemento básico da frase em relação a um outro elemento; bem como não poderíamos deixar de citar a sua teoria de valências.

Assim, já dado o espaço para a inserção dessa perspectiva, citamos primeiramente Tesnière, que afirma que o verbo é o elemento de que dependem todos os outros, ocupando posição central na estrutura do enunciado. Segundo ele, o verbo estabelece relações de dependências com os demais elementos constituintes que são necessários para a complementação valencial. Esses elementos apresentam valor semântico e sintático na estrutura do enunciado e são "regidos" pelo verbo, que, por sua vez, determina quais são as relações de

dependência. Em outras palavras, o verbo é o núcleo da frase e, portanto, determina quais elementos a frase tem que conter.

Ainda segundo Tesnière, o verbo possui “lugares” ou “espaços”, e o preenchimento desses lugares se faz necessário para que a frase seja gramaticalmente correta. O conceito de valência, pois, refere-se ao número de argumentos (ou actantes) que o verbo possui devido ao seu significado.

Na visão de Filmore (1977), a frase consiste em um verbo e um ou mais sintagmas nominais que, associados ao verbo, possuem uma relação específica de casos (esses *casos* são casos semânticos). Para ele, essa relação de casos depende do significado do verbo e podem ser realizados de diferentes maneiras, ou mesmo nem aparecer. A princípio, ele listou seis casos (agentive, instrumental, dative, factive, locative, objective), mas, posteriormente, ele e outros autores listaram mais casos: agente, beneficiário, experimentador, objetivo, locativo, instrumental, causativo, meta, origem, temporal.

Desse modo, vemos que a gramática de valências de Tesnière e a gramática de casos de Filmore apresentam semelhanças quanto à centralidade do verbo, ou seja, a estrutura frásica é determinada pelo verbo, resultando na determinação de argumentos e na relação sintático-semântica dos argumentos com o verbo.

A valência de um verbo, para Tesnière, pode variar de zero a quatro, considerando-se valência como o número total de elementos previstos pelo verbo, isto é, que estão associados ao verbo semântica e sintaticamente, incluindo-se aí o sujeito. Para ele, a valência do verbo não muda; o que muda, na verdade, é a possibilidade de ocorrência do verbo com os elementos associados a ele.

Assim, segundo Tesnière, temos verbos como **chover**, que apresenta valência zero; **existir**, valência um; **vestir**, valência dois; **dar**, valência três; e **transferir**, valência quatro.

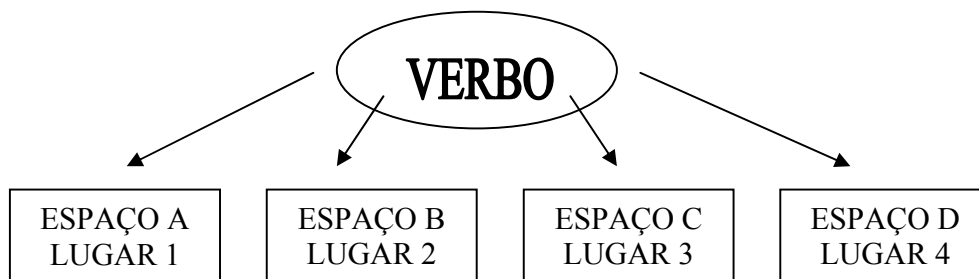
Exemplificando melhor, temos:

- a) (- elemento SN) Choveu (-elemento SN)
- b) A nuvem choveu uma chuva¹⁰.*
- c) Deus existe.
- d) O menino vestiu uma roupa.
- e) A mãe deu uma roupa nova ao menino.
- f) A UEPB transferiu o curso de Letras, do CEDUC, para o antigo Colégio Atual.

Em todos os exemplos, fica claro que os traços semânticos dos verbos determinam o número de elementos exigidos pelo mesmo, sendo que, em **f**, os dois últimos elementos são sintagmas circunstanciais, e não nominais; contudo, a supressão de um desses elementos geraria um questionamento por parte do receptor da mensagem: De onde? Para onde?

¹⁰ Nesta frase, pode ocorrer a possibilidade da construção com dois SNs (sintagmas nominais), um à esquerda e outro à direita, se entendermos esse “chover” como chuva de granizo. Ainda podemos, em uma outra acepção do verbo *chover*, encontrar frases em que este ocorra com SNs (Cf. a seção 3 de nosso trabalho).

Em suma, podemos ilustrar a idéia proposta pela teoria de valências da seguinte forma:



Nesse esquema temos o verbo como elemento central e espaços ou lugares, os quais se faz necessário preencher para a efetividade do entendimento da frase, havendo, contudo, a possibilidade de um dado verbo recusar o preenchimento de qualquer um desses lugares.

A teoria de valência classifica os verbos da seguinte forma:

Verbos avalentes – sem qualquer espaço vazio (entenda-se vazio por lugar passível de preenchimento por sintagma nominal), como os verbos considerados impessoais pela gramática tradicional.

Verbos monovalentes – com um espaço vazio. Como os verbos intransitivos.

Verbos bivalentes – dois espaços vazios. Como os verbos transitivos diretos ou indiretos.

Verbos trivalentes – três espaços vazios. Como os verbos transitivos diretos e indiretos.

Verbos tetravalentes – quatro espaços vazios. Essa ocorrência é admitida por poucos autores. Como exemplo temos os verbos **traduzir** e **mudar**, que indicam movimento de um 'lugar' para 'outro'.

Na gramática de valências, os elementos que preenchem esses espaços ou lugares vazios são chamados *actantes* ou *argumentos*. Na gramática tradicional, esses actantes ou argumentos correspondem a sujeito e objetos, e o estudo da relação do verbo com seus argumentos indispensáveis dá-se pelo estudo da transitividade.

Enquanto, tradicionalmente, a transitividade vem sendo encarada como um fenômeno que se inicia pelo verbo e que termina no complemento que fica à direita, na teoria de valências, a transitividade verbal investiga o verbo e as características dos elementos a ele relacionados; nesse ponto, considera-se o **sujeito** como um complemento do verbo, diferentemente da concepção tradicional, que o investiga sob a perspectiva de termo (ou ser) sobre o qual se declara alguma coisa, responsável pelo fator concordância.

Com isso, entende-se que, da mesma forma que o verbo estipula traços semânticos dos complementos à direita, ele determina os traços semânticos do sujeito, como em:

(37) O dia mediu a mesa. *

(38) A beleza pesa o bebê. *

Nestes casos, embora as estruturas sejam possíveis sintaticamente, não são aceitáveis pelos falantes da língua.

Não é nosso objetivo, neste trabalho, tratar dos desacordos da gramática tradicional e as teorias lingüísticas modernas no tocante à definição de *sujeito*; contudo esclarecemos que, para a gramática de valências, sob o ponto de vista estrutural, o *sujeito* deve obedecer às mesmas restrições, com relação ao verbo, que os outros *actantes* da frase; logo, temos o sujeito como um elemento ou termo *integrante* - na linguagem da gramática tradicional - e não como essencial. Considera-se, pois, que o *sujeito* é especial apenas no que diz respeito ao nível pragmático-textual da frase, porque do ponto de vista estrutural ele é um complemento da mesma ordem dos objetos.

Além das observações anteriormente feitas com relação à gramática de dependência de Tesnière e sua gramática (ou teoria) de valências, e as concepções de Filmore, acrescentamos a esta parte a divisão verbal sintático-semântica feita por Borba (1996), que, longe de classificar os verbos em intransitivos e transitivos, propõe a seguinte abordagem:

Verbos de ação – que expressam uma atividade realizada por um sujeito agente. Indicando, nesse sentido, um fazer por parte do sujeito.

(39) Paulo correu.

Verbos de processo – que expressam um acontecer, um evento ou uma sucessão de eventos que afetam um sujeito paciente ou experimentador.

(40) O leite ferveu.

Verbos de ação-processo – que implicam, logicamente, um processo e uma ação; expressam ao mesmo tempo uma mudança na condição de um nome, paciente, e o que um agente faz.

(41) João quebrou o copo.

Verbos de estado – que expressam uma propriedade (estado, condição, situação) localizada no sujeito, que é, pois, suporte dessas propriedades ou seu experimentador ou beneficiário. Assim, a classificação sintático-semântica dos verbos de estado não obedece à mesma ordem estabelecida pela gramática tradicional. A princípio porque, na descrição tradicional, está listada apenas uma pequena parte dos verbos considerados estativos. Além disso, diversos verbos que a gramática tradicional classifica como de ação pertencem ao grupo semântico dos verbos de estado. É o caso de *gostar*, que a gramática tradicional classifica como verbo de ação, quando, sabemos, não existe um agente que pratique a ação, e sim um experienciador que experimenta uma sensação psicológica de *gostar de* algo. Assim, a semântica classifica esse verbo como um verbo de estado, pois não há ação, nem agente envolvido na predicação.

A Transitividade para o funcionalismo

A abordagem funcionalista tem como tendência principal observar a língua do ponto de vista do contexto lingüístico e da situação extralingüística. Segundo Cunha (2003), de acordo com a concepção funcionalista, a sintaxe é uma estrutura

em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso. Desse modo, para compreender o fenômeno sintático, diz ela, é preciso estudar a língua em uso, em seus contextos discursivos específicos, visto ser nesse espaço que a gramática é constituída.

Assim, diferentemente do modo formalista – exhaustivamente criticado por diversos estudiosos da língua -, o modelo funcionalista entende a transitividade como uma propriedade escalar, em que todas as construções de uma língua variam em graus. Tal propriedade está condicionada tanto por fatores sintáticos e semânticos quanto pelo discurso, uma vez que, para Hopper e Thompson (1980), a transitividade está associada a uma função discursivo-comunicativa. Para eles, o maior ou menor grau de transitividade se verifica na maneira como o discurso é estruturado pelo falante.

Na visão de Hopper e Thompson, uma sentença pode ser mais, ou menos transitiva. As mais transitivas são aquelas em que um agente animado causa deliberadamente uma mudança perceptível no estado ou locação de um objeto. Segundo eles, um verbo será mais, ou menos transitivo, ou intransitivo, a partir da análise de traços sintático-semânticos, como:

Número de participantes – refere-se à possibilidade de transferência de ação de um participante para outro, o que não ocorre quando há apenas um participante.

Eu comi uma fruta X Eu comi muito.

Cinese – diz respeito ao verbo expressar uma ação ou não.

Eu empurrei a estátua X Eu vi a estátua

Aspecto – refere-se à ação transferida ter sido completada ou não.

Eu bebi todo o suco X Eu estou bebendo o suco.

Puntualidade (pontualidade) – refere-se à duração de uma ação. Quanto maior for a distância entre a ação e o efeito dela, menor será o grau de pontualidade.

Eu quebrei o copo.

Eu levei as sacolas.

Polaridade – a oposição que há entre sentenças afirmativas e negativas.

Eu como abóbora X Eu não como abóbora.

Modo – diz respeito aos planos real e irreal, a saber, um evento descrito no plano real é mais efetivo do que um descrito no plano irreal.

Eu comprarei uma moto amanhã.

Ah, se eu pudesse comprar aquela moto!

Agentividade – potencial de um participante (sujeito) na transferência de uma ação para outro participante (objeto).

O rapaz me ensinou o caminho X As estrelas me ensinaram o caminho.

Volição – diz respeito à intencionalidade.

Eu procurei você em toda parte (intenção de encontrar)

Eu não percebi a sua ausência (não há intenção em “não perceber”)

Individuação – refere-se à ação poder ser transferida mais efetivamente para um paciente individuado do que para um não-individuado, estando, assim, relacionado ao traço afetamento do objeto.

Eu bebi a água do copo X Eu bebi água.

Afetamento do objeto – diz respeito ao grau de afetamento do paciente.

Eu bebi toda a água do copo (o copo está vazio)

Eu bebi um pouco de água (o copo ainda contém água, coloquei pouca água no copo).

Com esses apontamentos feitos por Hopper e Thompson, o que tentamos mostrar é que existem muito mais “mistérios” relacionados à transitividade do que a gramática tradicional sugere. Pois, enquanto a gramática tradicional classifica como intransitivo, transitivo indireto, transitivo direto e transitivo direto e indireto verbos como *subir*, *necessitar*, *comprar* e *oferecer*, respectivamente, conforme os vemos nas orações “O avião subiu”, “O aluno necessita de livros”, “Maria comprou um automóvel” e “ Pedro ofereceu ajuda a João”, a orientação de Hopper e Thompson mostra que todas as sentenças apresentam graus de transitividade, não sendo nenhuma delas totalmente intransitiva.

Logo, ao analisarmos as orações acima, temos as seguintes considerações: A oração “O avião subiu” apresenta os seguintes traços: cinese, aspecto perfectivo, verbo pontual, polaridade afirmativa e modo real. Portanto, cinco traços de transitividade. Já na oração “O aluno necessita de livros” encontramos os traços: polaridade afirmativa, modo real e objeto individuado; três traços de transitividade. Comparando a primeira oração com a segunda, temos que a gramática tradicional considera a primeira como intransitiva e a segunda como transitiva, contudo vemos claramente que, pela orientação de Hopper e Thompson, a primeira apresenta mais traços de transitividade do que a segunda, por isso mais transitiva.

Ao observarmos as outras duas orações “Maria comprou um automóvel” e “Pedro ofereceu ajuda a João”, veremos que estas apresentam mais traços de transitividade do que o primeiro par tomado como exemplo. Em “Maria comprou um automóvel” temos sete traços: cinese, aspecto perfectivo, verbo pontual, sujeito intencional, polaridade afirmativa, modo real e sujeito agente. Na oração seguinte, “Pedro ofereceu ajuda a João”, vemos oito traços: cinese, dois participantes, aspecto perfectivo, verbo pontual, sujeito intencional, polaridade afirmativa, modo real e sujeito agente. Dessa forma, esta última oração é a que apresenta maior potencial de transitividade.

A partir destas considerações, se tomarmos os exemplos de verbos intransitivos dados pelas gramáticas tradicionais, verificaremos que os mesmos poderão apresentar vários traços de transitividade, e, deste modo, notaremos as contradições da noção de transitividade do modelo tradicional.

Perceba-se que, até este ponto, o que estamos tentando mostrar é a grande lacuna deixada pela gramática tradicional em suas definições. Muitos dos

seus renomados autores tentam manter abordagens afastadas de uma análise semântica, procurando tratar o verbo e as relações que ele mantém com os seus complementos sob o ponto de vista sintático, ainda que se baseiem em uma semântica que diríamos *marginal*. É comum também a tendência de se impor ao estudante comum de nossas escolas esse tipo de definição como sendo imutável, "corretíssima", e, não havendo a concordância de tais aspectos, tem-se, de acordo com esses gramáticos, um desvio da gramática normativa rotulado geralmente como "erro".

Regência Verbal

Apesar de não haver clareza por parte das gramáticas tradicionais, tudo indica, pelo que pudemos observar até o momento, que a transitividade está ligada ao fato de os verbos pedirem ou não complemento; já a regência verbal diz respeito à relação do verbo com o seu complemento situado à direita, o chamado "objeto"¹¹.

Nesse ponto, a Regência Verbal é tradicionalmente descrita como a relação que se estabelece entre um **termo regente** (o verbo) e um **regido** (complemento verbal). Tal relação se manifesta pela exigência, ou não, de um complemento, para a perfeita compreensão da mensagem. Nesse sentido, para a maioria das gramáticas tradicionais, o problema importante para a correção da linguagem consiste em saber se uma palavra exige ou não um complemento e qual o tipo desse complemento, bem como o "correto" uso da preposição.

Não raro, encontramos também que os termos considerados **regentes** são também denominados **subordinantes**; e esses mesmos termos subordinantes "exigem", "reclamam" ou "pedem" certos termos subordinados que lhes completem o sentido.

Cunha (1986), por exemplo, diz que a regência é a relação necessária que se estabelece entre duas palavras, uma das quais serve de complemento à outra. Para ele, as relações de regência podem ser indicadas:

- i) pela ordem por que se dispõem os termos na oração;
- ii) pelas preposições, cuja função é justamente a de ligar palavras, estabelecendo entre elas um nexos de dependência;
- iii) pelas conjunções subordinativas, quando se trata de um período composto.

Cunha afirma que podemos reconhecer o termo regido por ser **aquele que é necessariamente exigido** pelo outro. Dessa forma, para ele, pode acontecer de uma conjunção, conforme descrito em (iii), exigir uma flexão específica do verbo:

(42) Iremos à praia, embora esteja chovendo.

¹¹ A noção de objeto *à direita* do verbo tem em vista o campo mental; no campo sintático o objeto pode vir à esquerda.

Para o autor, a conjunção *embora* exige verbo no subjuntivo, mas o verbo no subjuntivo não exige obrigatoriamente conjunção. Logo, a conjunção é o termo regente e o verbo é o termo regido.

Afinal, o verbo é termo regente ou termo regido? Questões como esta, mostram que dúvidas podem surgir nos meios escolares e acadêmicos, provocando insegurança por parte tanto dos professores quanto dos alunos. Enfim, é pensando neste e em outros problemas da Gramática Tradicional, vista em sua totalidade, que investimos, nesta parte, em uma releitura dos conceitos de Regência e Objeto Direto, bem como de outras funções (como o Objeto Indireto e Adjunto Circunstancial) pertinentes na análise das relações de Regência Verbal.

Como visto, o foco das relações de Regência Verbal centraliza-se na relação do verbo (termo regente) com certos termos, considerados regidos, que se situam à direita do verbo, preferencialmente o objeto direto e o objeto indireto. No entanto, em diversos casos, os verbos exigem outros complementos além dos objetos, para a efetiva compreensão da sentença.

(16) A mulher pôs um ovo. *

(17) A mulher pôs um ovo na geladeira.

Retomando os exemplos (16) e (17), vemos que, para que a sentença seja válida, sob o ponto de vista do significado verbal, é necessária a presença do sintagma preposicional, adjunto adverbial para as gramáticas tradicionais; desse modo, acreditamos que, tanto neste caso quanto em inúmeros outros, o verbo também rege este termo.

Assim, em "A mulher pôs um ovo na geladeira", *na geladeira* é exigido pelo verbo, e daí por que a sentença é válida, aceita, diferentemente de (16)¹².

Dessa forma, entendemos que a subdivisão dos termos da oração em essenciais, integrantes e acessórios é equivocada; primeiro, com relação ao sujeito ser essencial, já esboçado na quinta parte deste trabalho, e ainda pelo fato de encontrarmos, como no caso acima, um termo que pela gramática tradicional é considerado acessório, ou seja, acidental, explicativo ou circunstancial, mas é exigido para que haja a "perfeita compreensão da mensagem", como vimos em algumas definições de Regência Verbal. Além do que, se a ausência de algum termo implica em mudança de sentido do verbo, não pode ser considerado como algo que não é fundamental.

A regência verbal deverá, portanto, contemplar também muitos dos termos que a gramática tradicional considera não fundamentais.

O Objeto Direto

3.8.1 - A definição tradicional de Objeto Direto

Acreditamos que, por muito tempo, muitas das definições das gramáticas tradicionais vêm sustentadas por fortes equívocos. O primeiro deles gira em torno da definição de Regência Verbal, como já exposto, centralizada apenas na relação VERBO-OBJETO; outro problema é a própria definição de Objeto Direto da

¹² Evidentemente, estamos usando esse verbo em seu registro usual, mais comum. Em contextos diferentes, por exemplo, em piadas, haveria a possibilidade de (16) ser aceita.

Gramática Tradicional. E, neste ponto, consideramos relevante dedicar um espaço a essa crítica.

Para as Gramáticas Tradicionais de Língua Portuguesa, o objeto direto é o complemento que se liga diretamente ao verbo transitivo direto ou direto e indireto (bitransitivo, ou dupla predicação) sem auxílio de preposição, completando-lhe o sentido, ou é visto ainda como o complemento que, na voz ativa, representa o paciente da ação verbal, conforme verificamos em Lima (1965), Cunha (1986) e Kury (1989). Estas definições são feitas, acreditamos, a princípio, objetivando promover uma melhor distinção entre o objeto direto e o objeto indireto, termo que, por sua vez, liga-se ao verbo transitivo indireto (ou direto e indireto) mediante preposição, isso conforme as gramáticas citadas.

No entanto, ainda que estes mesmos gramáticos elenquem uma série de situações lingüísticas nas quais se pode verificar a aplicabilidade de suas definições, ficam de fora situações outras em que se constata a inaplicabilidade da definição de objeto direto apresentada por eles¹³.

Como o nosso propósito é levar ao aluno mecanismos que possam ser úteis na análise das estruturas sintático-semânticas, no tocante às relações de regência verbal, faz-se necessário, também, explicitar ao aluno o que vem a ser cada um desses termos que se relacionam com o verbo.

Ao observarmos a definição de objeto direto apresentada anteriormente, podemos notar que, se, por um lado, temos construções em que o objeto direto é ou representa o paciente da ação verbal, como em "Antônio demoliu *a casa*", temos, por outro lado, situações em que o paciente da ação verbal é o sujeito, como em "Antônio levou *uma surra*"; o que descarta, por simples demonstrações como esta que "ser paciente da ação verbal" na voz ativa não é uma boa definição de objeto direto. E não estamos usando um exemplo ad-hoc, para simples ilustração. Bastaria citar os inúmeros casos de estruturas com objeto direto que não aceitam conversão para voz passiva, como "Fumo cigarro", "Tenho dinheiro", "Possuo bens", etc.

Por outro lado, a primeira das definições apresentadas afirma que o objeto direto liga-se ao verbo sem preposição, todavia encontramos casos em que o objeto direto ocorre com preposição facultativa ou necessária, segundo informações contidas nas mesmas gramáticas.

(43) Eu louvo **a Jesus**, meu Senhor.

(44) **Aos pais** ama-se com fervor.

Outras situações ainda há que põem em xeque a noção tradicional de objeto direto. Mas as até aqui apresentadas nos dão uma amostra da ineficiência e confusão encontradas nessas definições.

Um outro ponto significativo bastante criticado é o fato de a definição de objeto direto misturar conceitos sintáticos e semânticos. Afirma-se que o objeto direto "completa o sentido" ao mesmo tempo que "liga-se sem auxílio de

¹³ Podemos dividir os autores tradicionais em dois grupos, com base nos diferentes critérios usados para a identificação do objeto direto: o primeiro, os que usam o critério de natureza formal e semântica; o segundo, os que usam o critério eminentemente semântico.

preposição". A crítica, neste ponto, gira em torno da possibilidade de ocorrência do objeto direto com verbos intransitivos:

- (45) Morrer **morte gloriosa.**
- (46) Sonhar **sonhos ruins.**
- (47) Dançar **danças malditas.**
- (48) Durma **um sono tranqüilo.**
- (49) Chorou **lágrimas de sangue.**

Logo, dizer que o objeto direto completa o sentido de um verbo transitivo direto é insuficiente para defini-lo eficazmente, como se propõe a gramática tradicional, visto que pode ocorrer com verbos intransitivos.

Do mesmo modo, como já exposto, dizer que o objeto direto "liga-se", sem o auxílio de preposição, a um verbo transitivo direto ignora a ocorrência de objetos diretos preposicionados.

Conforme pudemos notar, a definição de objeto direto das gramáticas tradicionais, reproduzida em dezenas de livros didáticos, traz uma série de desencontros que põem em dúvida a aplicabilidade dos conceitos apresentados e mostram que se faz necessária uma melhor explicação do que vem a ser o objeto direto.

O Objeto Direto para Mira Mateus

Mira Mateus (1989) et ali, em sua definição, afirmam que o objeto direto é “a relação gramatical do argumento interno de predicadores verbais de dois ou três lugares” (verbos transitivos diretos e verbos transitivos diretos e indiretos, na nomenclatura tradicional), com função semântica de paciente ou objeto. Elas definem objeto direto ainda como o constituinte nominal ou oracional à direita do verbo.

Pelo exposto, vemos que as autoras procuram aliar sintaxe e semântica, oferecendo mecanismos para se identificar o objeto direto a partir da valência do verbo, bem como a partir da posição do mesmo na ordem direta da oração. Elas discorrem ainda sobre a possibilidade de ocorrência do objeto direto com preposição, além de elencar alguns testes para a identificação do objeto direto.

Em se comparando a definição de objeto direto com a de objeto indireto das próprias autoras, percebemos que elas também contemplam os aspectos sintático e semântico. Elas dizem que o objeto indireto é a relação do argumento interno de verbos de dois ou três lugares que tem, tipicamente, a função de recipiente ou origem. E que, nas frases básicas, é o constituinte imediato de um sintagma preposicional que é, conforme as palavras das próprias lingüistas, *nó-irmão* à direita do constituinte com a relação de objeto direto ou do verbo. Elas ainda falam sobre a propriedade típica do objeto indireto que é um argumento [+ animado], podendo também ser [- animado] em casos marcados como tal.

Não nos deteremos com mais profundidade na definição apresentada por ela, mas registramos aqui que, em sua definição, que engloba os aspectos sintático e semântico, Mira Mateus et ali, de modo coerente, procuram promover uma melhor abordagem dos temas propostos, e, além do mais, o ponto positivo em sua abordagem é o espaço dado à noção de argumentos do verbo, discutida anteriormente.

A visão de Perini sobre Objeto Direto, Objeto Indireto e Adjunto Circunstancial

Logo de início, um ponto de vantagem da classificação de Perini (2001) é a abolição da divisão entre termos essenciais, integrantes e acessórios. Isso por motivos óbvios, aqui já expostos, como considerar o sujeito essencial, além da falta de clareza na diferença entre termos integrantes e termos acessórios, e a possibilidade de termos integrantes deixarem de aparecer em diversas situações lingüísticas sem que a sentença se torne inaceitável. Um exemplo disso é o caso do verbo *comer*, considerado transitivo direto pelas gramáticas tradicionais, e que pode ocorrer perfeitamente sem o objeto direto, como em:

(50) Já comi hoje.

Outro ponto de vantagem na classificação de Perini reside no fato de ele não misturar, desordenadamente, sintaxe, semântica e discurso, fato comum nas gramáticas tradicionais. Ele fixa-se apenas a características sintáticas dos termos

da oração, em que cada função sintática é definida por um conjunto de traços conforme apresentados a seguir:

[CV] – concordância verbal – a propriedade de estar em relação de concordância com o NdP (Núcleo do Predicado);

[Ant] – anteposição – propriedade de poder aparecer no início da oração em uma frase correspondente;

[Q] – a propriedade de poder ser retomado pelos elementos *que, o que* ou *quem*.

[CN] – concordância Nominal – a propriedade de estar em concordância nominal com outros termos da oração;

[Cl] – clivagem – a propriedade de poder ocorrer como foco de uma frase clivada correspondente.

[PA] – posição do auxiliar – a propriedade de uma determinada função poder ocorrer na posição do auxiliar (entre o sujeito e o NdP);

[pNdP] – a propriedade de só poder ocorrer imediatamente antes do NdP.

Com base nestes traços, Perini define o objeto direto pelos traços [-CV, +Ant, +Q, -CN, +Cl, -PA]. Em outras palavras, o objeto direto não tem relação de concordância com o verbo, pode ser anteposto, é retomado por *que, o que* ou *quem*, não mantém relação de concordância nominal com nenhum termo da oração, é clivável e não pode aparecer na posição do auxiliar. Lembrando ainda que, no caso da possibilidade de questionamento acerca da concordância nominal do objeto direto com o predicativo do objeto (ou simplesmente predicativo, na nomenclatura de Perini), ele afirma que é o predicativo que se ajusta ao objeto direto e não o contrário.

Outro traço que, em sua análise, Perini (2001. p.88) trata logo de explicar é o [PA]. Ele diz que, de todos os traços, este é o menos satisfatório, pela possibilidade de variação ou insegurança no julgamento dos falantes em numerosos casos como:

(51) Jeremias reclama **o dia inteiro**.

(52) Jeremias **o dia inteiro** reclama.

Segundo o autor, não fica claro para todos os falantes se “o dia inteiro” pode ou não ocorrer na posição do auxiliar. Com isso, dada a insatisfatoriedade do traço para a identificação de outras funções, ele diz que utilizará este traço como parte da distinção entre o atributo (função marcada pelos traços [-CV, +Ant, -Q, +CN, +Cl, +PA]) e o adjunto circunstancial.

Ao analisarmos o que Perini chama de **auxiliar** e de **núcleo do predicado** (NdP), e o que ele chama de **predicado complexo** (auxiliar + NdP – seqüência esta que, segundo o autor, funciona como se apenas um verbo estivesse na frase), presumimos que esse traço [PA] marca, na verdade, o lugar (ou espaço) entre o sujeito e o NdP, ou entre o sujeito e o predicado complexo, conforme verificamos em:

(53) Lili (PA) leu o livro.

(54) Lili (PA) está lendo o livro.

(55) Lili **o** leu.

(56) Lili **o** está lendo.

(57) Eu **lhe** dei o livro.

(58) Eu **lhe** tinha dado o livro.

Não se deve confundir, portanto, o traço [PA] com o próprio verbo auxiliar, visto que existe a possibilidade de, em um determinado contexto, esse traço ocorrer juntamente com o próprio auxiliar. Isso implica dizer que, se determinada função ocorre na posição do auxiliar, esta não funciona como o próprio auxiliar, mas sim ocupa um espaço entre o sujeito e o NdP ou predicado complexo.

Na verdade, muito embora Perini considere esse traço insatisfatório, veremos, mais adiante, que o mesmo será importante para a distinção entre objeto indireto e adjunto circunstancial, bem como de outras funções. Por ora, ao analisarmos o conjunto de traços propostos pelo lingüista para a definição do objeto direto, notamos um pequeno problema com relação a este mesmo traço (PA). Em sua definição, o autor marca este traço como (-PA), ou seja, o objeto direto não pode ocorrer na posição do auxiliar. Entretanto, ao analisarmos orações como as abaixo listadas, veremos que o objeto direto pode, sim, ocorrer na posição do auxiliar, quando vier representado por um clítico¹⁴. Vejamos:

(59) Eu vi **Paulo** semana passada.

(60) Eu **o** vi semana passada.

Portanto, após estas considerações, teremos o seguinte conjunto de traços para o objeto direto: [-CV, +Ant, +Q, -CN, +Cl, +PA].

Já prevendo a possibilidade de, com base nos traços apresentados, surgirem alguns problemas com relação à diferenciação entre objeto direto e objeto indireto, abrimos outro parêntese para a definição deste último pelo autor.

Na realidade, não existe nenhum termo chamado objeto indireto na proposta do lingüista, essa função sintática é incluída no que ele chama de **adjunto circunstancial** que, além dos casos tradicionais de objeto indireto, envolve outros casos. Reside nesta inclusão um problema que vale a pena questionar: a inclusão de uma função sintática, como a do objeto indireto, noutra, como a do adjunto circunstancial, resolveria o problema da identificação do objeto direto?

Primeiro, ao analisarmos o Adjunto circunstancial segundo os traços propostos por Perini, temos [-CV, +Ant, -Q, -CN, +Cl, -PA]. Para ilustrar o adjunto circunstancial, Perini usa o exemplo da palavra "muito" na sentença "Jeremias bebe muito", alegando que o traço [CN] poderia não estar explicitado na matriz dos traços do adjunto circunstancial, tendo em vista que "muito", por ser advérbio, é invariável. Além disso, encontramos mais um problema, vejamos:

(61) Juracy bebe **muito**.

(62) **Muito** Juracy bebe.*

(63) Juracy **muito** bebe.*

Para muitos falantes, a anteposição da palavra "muito", nos casos elencados, não é aceitável pela estranheza da sentença. Desse modo, poderiam

¹⁴ Função sintática representada por pronome oblíquo do tipo átono.

ser mudados os traços do adjunto circunstancial, propostos por Perini, para [-CV, -Ant, -Q, -CN, +Cl, -PA].

Mesmo considerando esses traços propostos para o adjunto circunstancial, e, desta feita, tomando como exemplo um objeto indireto tradicional como "ao seu irmão" em "Paulo deu o livro *ao seu irmão*", vemos que o objeto indireto pode ser tranqüilamente anteposto: "*Ao seu irmão*, Paulo deu o livro", exceto quando este estiver representado por um clítico, como em "*Lhe*, Paulo deu o livro*". Verificamos também que o objeto indireto pode ocorrer na posição do auxiliar (PA), quando for representado por um clítico: "Paulo *lhe* deu o livro" e o adjunto circunstancial, segundo Perini, é marcado [-PA], ou seja, não pode ocorrer na posição do auxiliar.

Outro fator problemático na inclusão do objeto indireto na função de adjunto circunstancial é que o verdadeiro adjunto circunstancial não pode ser retomado pelos elementos *que*, *o que* ou *quem*, mas o objeto indireto pode, desde que preposicionados. Assim, na oração "Paulo gosta muito de Maria", dizer que *muito* e *de Maria* são adjuntos circunstanciais é incorreto, pois *de Maria* pode ser retomado pelo elemento *quem*:

(64) Paulo gosta muito de quem?

Logo, deve-se deixar claro que as funções objeto indireto e adjunto circunstancial, por apresentarem os traços [+Q] e [-Q], [+Ant] e [-Ant], e [+PA] e [-PA], respectivamente, são funções sintáticas diferentes. Com isso, teremos as seguintes matrizes:

Para o adjunto circunstancial :

[-CV, +Ant, -Q, -CN, +Cl, -PA] (proposta por Perini) ou

[-CV, -Ant, -Q, -CN, +Cl, -PA] (este segundo modelo baseia-se nas questões discutidas anteriormente)

Para o objeto indireto:

[-CV, +Ant, +Q, -CN, +Cl, + PA]

Pelo exposto, ao compararmos, neste ponto, a matriz do objeto direto com a do objeto indireto, notamos que estas são exatamente iguais, o que, certamente, causa complicações, pois não podemos considerá-las funções iguais, pelo fato de ambas ocorrerem em uma mesma oração, não havendo a possibilidade de coordenação entre os dois, por não serem de mesma função. Como podemos observar nos exemplos:

(65) Paulo deu o livro a Pedro.

(66) Paulo deu o livro e a Pedro.*

A solução para distinguir o objeto direto do objeto indireto estará na obrigatoriedade da preposição no objeto indireto, isso devido à Regência Verbal. Portanto, o objeto indireto terá a matriz [-CV, +Ant, +Q, -CN, +Cl, +PA, + prep], o que o distinguirá do objeto direto.

Feitas todas as reformulações dos traços apresentados por Perini, temos agora traços satisfatórios para a identificação do objeto direto, do objeto indireto e do adjunto circunstancial, bem como a distinção entre eles, isso, claro, na estrutura frasal.

No entanto, em se analisando duas orações distintas, uma com objeto direto preposicionado e outra com o objeto indireto, pode haver uma confusão por parte do aluno em se diferenciar, nesses casos, um termo de outro, pelo fato de, em determinados contextos, tanto o objeto direto poder vir acompanhado de preposição, quanto o objeto indireto poder vir sem preposição. Por isso, é fundamental que nas mesmas definições destaque-se que a presença da preposição, em contraste com a ausência da mesma, deve ser notada, preferencialmente, no modelo mental, passando depois a ser analisada na estrutura frasal.

Não obstante, na visão de Bechara (2001, p. 419), em algumas construções, uma preposição pode ocorrer para acrescentar um novo matiz de sentido ao verbo. Nesses casos, a preposição não rege o complemento desses verbos, como podemos ver a seguir:

- (67) Cumpriu o dever.
- (68) Cumpriu com o dever.
- (69) Arrancou a espada.
- (70) Arrancou da espada.

Para casos como estes, a preposição, segundo ele, recebe o nome de *posvérbio*, nomenclatura atribuída pelo professor Antenor Nascentes.

Ainda com base nos estudos de Bechara, existem casos em que podemos encontrar verbos de grande extensão semântica, que exigem um tipo de signo léxico que delimite e especifique a experiência comunicada. Para ele, este signo, a que ele chama **complemento relativo**, é semelhante ao objeto direto, diferenciando-se pela presença da preposição, que é extensão do significado do verbo, ou seja, cada verbo é acompanhado pela sua própria preposição. Com isso, verbos como *gostar*, *concordar* e *confiar*, por exemplo, terão como termos regidos um complemento relativo e não um objeto indireto.

Deste modo, na visão de Bechara, a oração "Paulo gosta muito de Maria", usada anteriormente para explicar a impossibilidade de se considerar "muito" e "de Maria" funções iguais, o termo "de Maria" será considerado complemento relativo e não objeto indireto.

A diferença entre objeto indireto e complemento relativo, na verdade, se deve a questões históricas: o objeto indireto derivaria diretamente do dativo latino, daí por que poderia ser substituído, na 3ª pessoa, pelo clítico **lhe**, ao passo que o complemento relativo não admite esse tipo de substituição.

- (71) Digo a ele.
- (72) Digo-lhe.
- (73) Concordo com ele.
- (74) Concordo-lhe.*

Cumpridos, com base nestes dados, fazer um breve apontamento de um fato curioso com relação à regência verbal. No campo frasal, temos quatro tipos de elementos, imediatamente precedidos de preposição, que acompanham o verbo, são eles:

- o **objeto direto preposicionado**;

- a **preposição posvérbio** (ou como posvérbio);
- o **complemento relativo**;
- o **objeto indireto**.

Desta forma, postas, lado a lado, sentenças que apresentem os elementos acima relacionados, teremos considerável dificuldade em diferenciar uma de outra, isto na estrutura frasal, ou, melhor dizendo, no aspecto puramente sintático. Portanto, será principalmente no campo mental que se verificará a diferença entre estes termos.

O Adjunto Adverbial

Nesta parte de nosso trabalho, dedicamos um pouco de atenção a um problema que consideramos importante solucionar, a saber, a distinção entre o adjunto adverbial e o adjunto circunstancial. Primeiramente, pela forma como o adjunto adverbial é definido nas gramáticas tradicionais, agrupando nestas definições, elementos que não se comportam como adjunto adverbial.

Outro ponto a ser discutido é que, na análise das relações de regência verbal, as gramáticas tradicionais consideram tanto o adjunto adverbial quanto o adjunto circunstancial não exigido pelo verbo, quando, no entanto, sabemos que em diversas situações são elementos indispensáveis à regência verbal, conforme vimos em (17).

Observemos algumas definições dadas por gramáticas e livros didáticos:

Termo que, essencialmente, modifica o verbo, indicando as circunstâncias em que se dá a ação verbal. (Cereja e Magalhães, 1999, p. 225).

Como o nome já diz, o adjunto adverbial é essencialmente um modificador do verbo. Seu papel básico é indicar as circunstâncias em que se desenvolve o processo verbal (idéia de tempo, lugar, modo, causa, finalidade, etc.) ou intensificar um verbo, um adjetivo ou um advérbio. (Cipro Neto e Infante, 1998, p. 364)

Termo da oração que indica uma circunstância para o verbo ou intensifica o adjetivo ou o próprio advérbio. (Faraco e Moura, p.143)

É o termo da oração que se refere ao verbo, ligando-se a ele com ou sem preposição, com função de indicar uma determinada circunstância. (Nicola e Infante, 1997, p. 248)

A ênfase, pelo que podemos ver, é que o adjunto adverbial indica uma circunstância ao verbo. Não se pode saber, pelas definições apresentadas, como se comportam sintaticamente tais termos. Mas o problema do adjunto adverbial não se resume à definição propriamente dita. Observe o exemplo a seguir:

(75) A criança caiu da cama durante a noite

A partir de orações como (75), verificamos que os termos *da cama* e *durante a noite* indicam, respectivamente, uma circunstância de lugar e de tempo. A gramática tradicional os classifica como adjuntos adverbiais, termos assessórios, não exigidos pelo verbo. Portanto, se reduzirmos a oração retirando qualquer um dos termos, a sentença continuará perfeitamente compreensível, não se tornando incompleta.

(76) A criança caiu durante a noite.

(77) A criança caiu *da cama*.

(78) A criança caiu.

Na verdade, não vemos nenhum problema de agramaticalidade em (76), (77) ou (78). Todavia, sabemos que a supressão do termo "da cama" em (76) provoca certos questionamentos como "A criança caiu de algum lugar?" ou "A criança caiu ao se levantar?", ou ainda "A criança caiu ao caminhar?" entre outros, para que se efetive a informação passada. Isso se deve à regência do verbo *cair* nestes casos.

Fica evidente que os termos *da cama* e *durante a noite* não se comportam da mesma forma. Mas a gramática tradicional, levada pelo aspecto semântico, iguala os termos citados sintaticamente considerando-os fora do âmbito da regência verbal; em outras palavras, não são exigidos pelo verbo, portanto, são não-argumentais.

Um olhar mais criterioso perceberá a incoerência das gramáticas tradicionais no tocante ao trabalho com a regência dos verbos. Na definição de regência verbal, as gramáticas trabalham na perspectiva VERBO + COMPLEMENTOS; é considerado complemento, nessa relação, apenas o objeto direto e o objeto indireto. Quando partem para a análise da regência dos verbos, trabalham com verbos intransitivos (sem complementos) e verbos intransitivos mais adjuntos adverbiais obrigatórios como em "João está em casa" ou "João saiu de casa".

Em outras palavras, a incoerência mesmo reside no fato de as gramáticas tradicionais, ao trabalharem o conceito de regência verbal, a definirem como a relação VERBO + COMPLEMENTOS (OD e/ou OI), mas quando partem para a análise da regência dos verbos os incluem na abordagem sob a perspectiva de serem intransitivos (sem complementos). Assim, como se poderia falar em regência desses verbos se eles não têm o que reger? Além disso, ainda se valem do adjunto adverbial, a que consideram acessório, facultativo, não exigido, para marcar a regência de certos verbos, como *estar*, *ficar*, etc.

Ao contrário da abordagem tradicional, Perini faz distinção entre estes termos que indicam uma circunstância para o verbo, tendo em vista que nem todos estes termos se comportam da mesma maneira. Ele afirma que a gramática tradicional engloba um conjunto bastante variado de casos sob o rótulo de "adjunto adverbial". Por isso, ele considera importante a divisão desses casos em categorias diferentes, a saber, em **Adjunto Adverbial**, **Adjunto Oracional** e **Adjunto Circunstancial**. A diferenciação desses casos é feita a partir das seguintes matrizes:

Adjunto adverbial [-CV, -Ant, -Q, -CN, -pNdP, (+Cl), (-PA)]

Adjunto oracional [-CV, +Ant, -Q, -CN, -Cl, -pNdP, + PA]

Adjunto circunstancial [-CV, +Ant, -Q, +Cl, -CN, -pNdP, -PA]

Segundo o modelo apresentado por Perini, temos que o adjunto adverbial e o adjunto circunstancial se assemelham no traço (+Cl), mas diferem no traço (Ant). Todavia, ao observarmos (62), vemos que o exemplo dado pelo autor, conforme analisado e reformulado anteriormente neste trabalho, mostra que o traço [+Ant], atribuído ao adjunto circunstancial, deve ser mudado para [-Ant]; o que nos dá, com isso, duas funções exatamente iguais. É fundamental, portanto,

considerar que “muito” em (61) é, na verdade, um adjunto adverbial - verificada a estranheza de (62) e (63) -, e permanecer marcando [+Ant] como traço distintivo entre adjunto circunstancial e adjunto adverbial.

O adjunto oracional se assemelha ao adjunto circunstancial pelo traço (+Ant), mas difere deste nos traços (CI) e (PA), e difere do adjunto adverbial nos traços (CI) e (Ant).

Isso quer dizer que em orações do tipo *Miguelina decorou o apartamento completamente* o termo *completamente*, quando anteposto à oração, não é aceitável, bem como, segundo ele, não pode ser colocado entre o sujeito e o NdP. Por isso é considerado por Perini como adjunto adverbial.

Para o adjunto oracional, ele exemplifica:

(79) Esse Professor, francamente, é um neurótico.

(80) Francamente, esse professor é um neurótico.

(81) Foi francamente que esse professor é um neurótico. *

Nota-se, nestes exemplos, que a anteposição do termo *francamente* é naturalmente possível, enquanto a clivagem do mesmo termo não é aceitável e, portanto, esse caso não pode ser considerado como adjunto adverbial, por ter comportamento sintático diferente.

Já o adjunto circunstancial pode ser clivado, o que o diferencia do adjunto oracional conforme vemos em:

(17) A mulher pôs um ovo na geladeira.

(82) Foi na geladeira que a mulher pôs um ovo.

Além disso, o adjunto circunstancial pode ser anteposto, o que o diferencia do adjunto adverbial.

(83) Na geladeira, a mulher pôs um ovo.

Não obstante, diferentemente do adjunto adverbial e do adjunto oracional, o adjunto circunstancial é, sem dúvida, termo necessariamente exigido pelo verbo no exemplo (17), para que a sentença seja semanticamente aceita.

Enfim, a definição de adjunto adverbial das gramáticas tradicionais é sem dúvida problemática, por todos os fatores apresentados. E com relação às matrizes para a diferenciação dos casos apontados por Perini (adjunto adverbial, adjunto oracional e adjunto circunstancial), acreditamos que, do modo como foram expostas em sua Gramática, elas apresentam considerável dificuldade de interpretação por parte do alunado, havendo a necessidade de uma definição capaz de mostrar tais diferenças entre os adjuntos anteriormente expostos de modo claro e de fácil compreensão.

Considerações Finais

Como pôde ser observado ao longo deste trabalho, a tradicional abordagem da transitividade e da regência verbal e as demais abordagens também aqui analisadas mostram uma tendência de fazer uso de definições ora sintáticas, ora semânticas, misturando-as dentro da própria sintaxe e não se aprofundando em nenhuma delas. Quando colocados em prática, apenas os critérios de base semântica são levados em conta ou, por outro lado, apenas os de base sintática.

Em conseqüência, os conceitos apresentados pelas gramáticas tradicionais aqui analisados não são suficientes para dar conta das situações reais de uso da língua.

Uma vez contrapondo a visão tradicional do que se entende por transitividade verbal, regência verbal, objeto direto, adjunto adverbial, entre outros, torna-se compreensível a razão que nos conduziu ao questionamento do modelo tradicional. Vimos que tais abordagens podem e devem ser definidas de modo mais abrangente.

Além disso, como já expusemos no decorrer deste trabalho, consideramos a análise de Perini (2001), tida como puramente sintática, bem mais interessante do que as da gramática tradicional, contudo, além da dificuldade de aplicação prática, sabemos que muitas relações entre o verbo e os demais componentes oracionais só podem ser explicadas através da semântica, conforme também o expusemos no decorrer deste trabalho ao analisarmos alguns aspectos da gramática de dependências de Tesnière (1959), como também as considerações de Filmore (1968) sobre "casos"¹⁵.

De qualquer forma, a abordagem funcionalista da transitividade verbal e, por conseguinte, a da regência verbal é, para nós, a que melhor consegue aliar os critérios sintáticos e semânticos, por ser uma proposta que contempla a língua como um *continuum* de construção, cuja codificação lingüística se dá motivada por intenções comunicativas; todavia, também consideramos essa abordagem de difícil compreensão pelo alunado de modo geral, o que dificulta sua aplicação.

Embora não pretendamos aprofundar a discussão, sugerimos que o trabalho com a transitividade e a regência verbal seja feito aliando a síntese dos pontos positivos da teoria de Perini com a da teoria lingüística funcionalista, verificando que, na inaplicabilidade da abordagem da gramática tradicional, tendo em vista todos os problemas apresentados, não se pode seguir o modelo por ela proposto. Não se pode também seguir à risca o modelo proposto pela gramática funcional, pois é extremamente perigoso trabalhar com os alunos do modo como o tema é nela abordado, correndo o risco, inclusive, de não haver sucesso na compreensão por parte do aluno. Mas é a partir do estudo destas duas teorias que deve surgir no professor, ou futuro professor (aluno de Letras), a consciência de que os modelos fechados não dão conta dos aspectos da linguagem, seja pela inaplicabilidade, seja pela dificuldade de compreensão; bem como o mesmo professor deve perceber que é preciso tomar consciência no sentido de verificar que a transitividade e a regência verbal não podem ser fechadas, rotuladas.

O caminho é verificar que, se verbos como x, y e z podem ser pontuais, determinados, de tal maneira que se possa dizer "Este é intransitivo rigorosamente", há uma grande gama de verbos que estão oscilando entre mais transitivos e menos transitivos dentro do quadro dos dez traços sintático-semânticos da proposta de Hopper e Thompson mostrada anteriormente. E é, principalmente, com base nessa oscilação que o professor deve ter a consciência de não exigir que o aluno determine que um dado verbo seja rigidamente

¹⁵ Esquemas semânticos compostos por um verbo e um número determinado de expressões nominais, a cada uma das quais corresponde um determinado "caso".

intransitivo ou transitivo, mas que, na verdade, pode ser um verbo que oscile entre mais transitividade e menos transitividade.

Está claro que o presente trabalho não pretende esgotar as possibilidades de análise do tema em estudo, mas promover reflexão acerca destes problemas e incentivar a que novos estudos sejam feitos com o propósito de promover uma definição coerente e uma abordagem do assunto que seja equilibrada, coerente e de fácil aplicação por qualquer aluno de ensino médio, ou estudiosos da língua portuguesa.

Esperamos que a contribuição do nosso trabalho tenha sido relevante, pois queremos construir as possibilidades de estarmos abrindo um novo caminho para o estudo da transitividade e regência verbal, no sentido de que haja uma retomada de posturas metodológicas para uma melhor compreensão desses conceitos.

Referências Bibliográficas

- BORBA, F. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo, Ática, 1996.
- BUSSE, W. e VILELA, M. **Gramática de Valências**. Coimbra: Almedina, 1986.
- CARONE, Flávia de Barros. **Subordinação e Coordenação; Confrontos e Contrastes**. 2ed. São Paulo, Ática. (Série Princípios), 1991.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 42ed. São Paulo, Nacional, 2000.
- CEREJA, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática reflexiva: texto, semântica e interação**. São Paulo, Atual, 1999.
- CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo, Scipione. 1998.
- CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da língua portuguesa**. 11ed. Rio de Janeiro, FAE. 1986.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado da, COSTA, Marcos Antônio e CEZARIO, Maria Maura. **Pressupostos teóricos fundamentais**. In: Linguística funcional: teoria e prática. Maria angélica Furtado da Cunha, Mariangela Rios de Oliveira e Mário Eduardo Martelotta (orgs). Rio de Janeiro, DP&A, 2003. p. 29-49.
- FARACO, Carlos Emílio & MOURA, Francisco Marto. **Língua e Literatura**. Volume 3. 29ed. São Paulo, Ática, 2000.
- FILMORE, C. J. **Em favor do caso**. In: LOBATO, L. M. P. A. A semântica na lingüística moderna – o léxico. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. p. 275-361.
- FILLMORE, C.J. **The Case for Case**. in *Universals in Linguistic Theory*, Ed. Emmon Bach & Robert Harms. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968, p.1-88.
- HJELMSLEV, Louis Trolle. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. In: Textos selecionados / (de) Ferdinand de Saussure, Roman Jakobson, Louis Trolle Hjelmslev, Noam Chomsky; traduções de Carlos Vogt... (et al.). 2ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978. p.179-213.
- HOPPER, P. and THOMPSON, S.A. **Transitivity in grammar and discourse**. Language 56: p. 251-299, 1980.

- ILARI, Rodolfo & GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. 2ed. São Paulo, Ática. 1985.
- IGNÁCIO, Sebastião Expedito. A frase portuguesa: uma visão lógico-semântica. In: **ALFA – Revista de Lingüística**, São Paulo, v. 30/31, p. 15-35, 1988.
- KOCH, Ingedore Villaça e VILELA, Mario. **Gramática da Língua Portuguesa: Gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso**. Coimbra, Almedina, 2001.
- KURY, Adriano da Gama. **Para falar e escrever melhor o português**. (Temas da língua portuguesa tratados com clareza, simplicidade e bom humor) 3ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.
- LIMA, C.H. da Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Briguiet & Cia. 1965.
- MINCHILLO, Carlos Alberto Cortez e CABRAL, Isabel Cristina Martelli. **O verbo**. São Paulo, Atual, 1988. (tópicos de linguagem – gramática)
- MIRA MATEUS, Maria Helena, BRITO, Ana Maria, DUARTE, Inês e FARIA, Isabel Hub. **Gramática da Língua Portuguesa**. 2ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho.1989.
- NICOLA, José de e INFANTE, Ulisses. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**. 15ed. São Paulo, Scipione. 1997.
- PERINI, Mario A. **Gramática descritiva do português**. 4ed. São Paulo, Ática. 2001.
- PERINI, Mario A e FULGÊNCIO, Lúcia. **Notas sobre a transitividade Verbal**. In: *Lingüística aplicada ao ensino de português*. Kirst, Marta, Clemente, Ivo et al. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987. p. 64-82.
- SACCONI, Luiz Antônio. **Nossa Gramática: teoria e prática**. 22ed. Reformada e atualizada. São Paulo, Atual, 1994.
- SARMENTO, Leila Lauar e TUFANO, Douglas. **Português: Literatura, Gramática, Produção de texto: volume único**. São Paulo, Moderna, 2004.
- TESNIÈRE, Lucien. **Éléments de syntaxe structurale**. 2ed, Paris, Klincksieck, 1966.
- VILELA, M. **Gramática de valências: Teoria e aplicação**. Coimbra, Almedina, 1984.